

Gênero e Globalização no Vale do São Francisco[\[1\]](#)*Adélia de Melo Branco • Semira Adler Vainsencher* [\[2\]](#)

Aqui, por difícil que seja, nós pega num tostãozinho.

No Brasil, 3.2 milhões de hectares de terras são utilizados para a agricultura irrigada. Desses, 250.000 hectares se encontram no Vale do São Francisco e, 90.000 hectares, no Sub-Médio São Francisco, sendo a agricultura irrigada a atividade econômica mais importante na região (Branco, 2000; Carvalho, 1991).

Entre 1987 e 1992, a fruticultura das áreas irrigadas aumentou de 8 mil para 55 mil toneladas e a exportação cresceu de 600 para 28 mil toneladas. (Bloch, 1996a). Fora os US\$132 milhões de lucros, em 1993, provenientes da exportação de diversos produtos (incluindo frutas), US\$30 milhões (23% do total) consistiram de lucros advindos, apenas, da comercialização de uvas e mangas (CODEVASF, 1993). Por sua vez, a SUDENE estima que um terço do total das exportações nordestinas, em 1980, se destinou ao mercado internacional e, dois terços, às demais regiões brasileiras (Bacelar, 1997).

Esse contexto, por sua vez, de significativo crescimento econômico, encontra um elemento que vem contribuir de forma significativa para o fomento do seu setor produtivo: a própria localização do semi-árido irrigado. Neste sentido, a região vem sendo favorecida pela abundância de mão-de-obra, fruto do êxodo constante das populações das zonas rurais de sequeiro^[3], onde subsiste uma insipiente agricultura familiar, que, sem encontrar alternativas de vida, em meio à pobreza e aos longos períodos de estiagem, vem fugindo dos seus lugares de origem, nas últimas décadas, e escolhendo o pólo Petrolina(PE)/Juazeiro(BA) como lugar de destino.

Essa região, em particular, despontou como um oásis no deserto, para mulheres e homens talhados na dureza da luta pela sobrevivência, nas áreas assoladas pela seca. Seu clima seco, durante a maior parte do ano, sua água de boa qualidade e sua exposição ao sol de 2.700 horas/ano (fundamental para a prevenção de pestes e fungos) representam algumas características essenciais para a fruticultura. O florescer dessa nova atividade econômica garante a produção ininterrupta da uva, dando margem a duas colheitas e meia, anuais. Essa fruta pode ser colhida, ainda, na entressafra das demais regiões, sendo exportada tanto para a Europa quanto para os Estados Unidos (Bloch, 1996; Branco, 2000).

A adaptabilidade de várias frutas, às condições climático-geográficas da área, fez com que a sua produção se tornasse uma das mais relevantes do País. Segundo Cavalcanti (1997), desde o final de 1980, ao produzir frutas com o padrão de qualidade esperado por compradores e consumidores internacionais, a região do Submédio São Francisco passou a se distinguir tanto por sua produção, quanto pelos vínculos que estabelece com o mercado global. Uva e manga se tornaram produtos especiais, então, devido ao espaço de comercialização conquistado: 20% da produção de cada uma dessas frutas são exportadas, atualmente, para a Europa e para os Estados Unidos. Dessa maneira, empresários e colonos inseriram o Vale do São Francisco em um processo que é chamado, hoje, de globalização.

Tal processo não se constitui em um fenômeno recente. Segundo Singer (1997), tanto a internacionalização, quanto a sua forma recente, a globalização, não passam de manifestações de um fenômeno mais importante: a ampliação de mercados. O que remete ao próprio nascimento do capitalismo e, mais longinquamente, ainda, à expansão da civilização européia, a partir do final do século XV. A novidade é que, nos dias atuais, esse processo se desenvolve em um ritmo de grande aceleração, decorrente das novas tecnologias de comunicação. Com isso, o empresário compra a matéria-prima em qualquer parte do mundo (onde ela se apresenta de melhor qualidade e menos dispendiosa), instala a sua empresa em locais onde a mão-de-obra se revela, também, como sendo a mais barata, e vende o seu produto a preços competitivos para o mundo inteiro. Em suma, a competitividade (e as implicações dela provenientes) se torna a principal barreira entre as empresas produtoras e os países consumidores.

Inseridas nesse contexto, através de sua participação no mercado de trabalho do pólo fruticultor de Petrolina, as mulheres migrantes, oriundas das áreas rurais de sequeiro, são expostas às relações de trabalho estabelecidas na esfera pública, o que envolve o acesso a uma remuneração[4]: um salário mínimo mensal (o da região)[5], ou uma outra quantia, a depender de sua produção ou do tipo de acordo de trabalho empreendido. A partir daí, uma vasta rede de interações sociais - contatos com a burocracia, com o mercado de consumo, entre outros -, passa, então, a ser forjada, permitindo-lhes se reconhecer como um dos sujeitos dos processos a que estão expostos.

Por sua vez, o simples fato de contar com um salário proporciona, às trabalhadoras da região, níveis de liberdade individual antes desconhecidos. Nos seus lugares de origem, o trabalho que realizavam, para o seu sustento e o dos membros da família, não era remunerado, estando circunscrito aos limites geográficos do espaço privado, ao rol das atividades domésticas, descaracterizando-se como trabalho produtivo. Essa peculiaridade, que envolve o trabalho feminino, em geral, e que é muito bem traduzida na expressão invisibilidade do trabalho feminino, torna as próprias mulheres invisíveis, mesmo que a sua presença seja marcante e que a sua força de trabalho seja imprescindível para a sobrevivência do grupo familiar.

A passagem do domínio privado para o domínio público, através do trabalho remunerado, proporciona àquelas mulheres dois elementos fundamentais para que elas adquiram força e confiança em si mesmas e vivenciem um intenso processo de mudanças, no tocante à sua condição de gênero: suas vidas e suas habilidades adquirem visibilidade e importância, inclusive para o grupo familiar, o que poderá ser visto mais adiante.

Frente a essa realidade, a presente pesquisa[6] procurou analisar o papel das mulheres migrantes[7] na fruticultura, chamando a atenção para a relevância das mesmas, e buscou evidenciar, sob a ótica das relações de gênero, como a entrada no mercado de trabalho formal retirou-as da invisibilidade em que viviam nas áreas rurais de sequeiro. Por sua vez, enfocou a visão dos empresários locais acerca do trabalho feminino, e procurou aferir, ainda, o nível de informação das trabalhadoras sobre o mercado globalizado. Enfim, através dos dados e das análises aqui reunidos, pretendeu-se dar uma contribuição aos futuros estudos e pesquisas que destaquem o papel da mulher na agricultura irrigada do Vale do São Francisco.

As Relações de Gênero: Ontem e Hoje

Aqui é melhor porque eu trabalho prá ganhar.

O masculino e o feminino não são características inerentes aos homens e às mulheres mas, sim, construções subjetivas, culturais. Desse modo, falar de gênero significa focar relações sociais e de poder, podendo-se afirmar que existe uma associação persistente da masculinidade com o exercício

do poder, e onde os valores mais altos da sociedade estão vinculados à virilidade (Scott, 1991). A submissão das mulheres aos homens, nos diversos campos das atividades humanas possui, em verdade, uma relação profunda com o próprio surgimento da família patriarcal[8].

Segundo Moore (1988), "natureza e cultura não são valores livres ou categorias desvinculadas: elas representam construtos culturais da mesma maneira, exatamente, que as categorias mulheres e homens. As noções de natureza e cultura, como são usadas na análise antropológica, provêm da sociedade ocidental, e, como tal, são produtos de uma tradição intelectual particular e de uma trajetória histórica específica. Da mesma forma que nós não podemos considerar que as categorias 'mulheres' e 'homens', em toda a parte, tenham o mesmo significado, também devemos estar cientes de que outras sociedades podem até mesmo não perceber que natureza e cultura são categorias distintas e opostas, tal como a cultura ocidental as considera."

Em sendo assim, as desigualdades de gênero, no Ocidente, foram decorrência não, apenas, das relações sociais, isoladamente, mas, ainda, da interação que essas relações promovem entre natureza e cultura e, conseqüentemente, entre os espaços público e privado. Logo, uma série de conceitos e definições, vinculados às mulheres e aos homens durante toda a História, foram sendo produzidos, reproduzidos, reelaborados ou mesmo abandonados, servindo para legitimar, negar, criar ou alimentar as práticas sociais. Dessa maneira, organizou-se o feminino, referido na fêmea, a quem caberia a condição de um ser aprisionado à natureza, inferior em espírito, mais fraco fisicamente, submisso e dependente da inteligência e da força do outro para sobreviver, cujo campo de atividade principal, segundo as luzes da Modernidade, estaria restrito ao espaço doméstico; e o masculino, a quem caberia a condição de um ser cultural, portanto, transcendente aos limites naturais, superior, mais forte, que deveria ser o protetor e o provedor, atuando exclusivamente no espaço público e regulando o espaço privado (Scott, 1991; Buarque & Vainsencher, 1998).

Em se tratando da divisão sexual do trabalho, nas áreas rurais de sequeiro do semi-árido nordestino, as desigualdades de gênero podem ser ainda visualizadas, em pleno século XXI, com bastante nitidez. Primeiro, porque nessas áreas, as oportunidades de trabalho remunerado são escassas, dando-se prioridade aos homens. Segundo, por estar a região envolvida, tradicionalmente, com uma economia mais voltada à pecuária de grande porte, atividade que, no Nordeste, é entendida como tipicamente masculina. Por fim, pela relevância do papel das mulheres no âmbito da agricultura familiar, na qual está incluída a criação de pequenos animais.

Pelas atividades executadas ou pelo resultado da venda de seus produtos, no entanto, elas não recebem qualquer tipo de remuneração. Cabe aos homens a posse e a administração do dinheiro. Pode-se observar, assim, a plena dominação masculina através da apropriação do "apurado" relativo ao trabalho feminino que, sob essas condições, mantém a propriedade de ser invisível.

Se, em seus lugares de origem, as mulheres possuem, em relação aos homens, um elevado grau de submissão, dependência e vulnerabilidade, sendo consideradas "secundárias", inferiores, com a migração para Petrolina elas mudam a sua auto-imagem, já que, para uma série de atividades produtivas, constituem a mão-de-obra preferida dos empresários. O acesso ao dinheiro, por sua vez, através de uma renda própria, cria um espaço favorável para a ocorrência de grandes mudanças internas. Por outro lado, ao se introduzir novos referenciais, tais mudanças tendem a ameaçar as relações de gênero vigentes, obrigando o contexto social a reelaborar as relações de dominação entre mulheres e homens. Frente à realidade passada, à vivência em seus lugares de origem, as migrantes declararam:

Nós, mulher, trabalhava de enxada e machado e nunca a gente ganhava dinheiro: tudo ia pro marido. Aí, eu tinha que pedir a ele.

Para as trabalhadoras, acostumadas a desenvolver atividades pesadas, sem nenhuma remuneração, o fato de, agora, possuírem uma renda individual, produz tamanha satisfação, que elas passam a desconsiderar, como árduas, as atividades que realizam na fruticultura. Uma delas afirmou:

Eu nunca acho nenhum serviço pesado. Estando trabalhando, todo serviço é bom. Eu comecei a trabalhar com oito anos. Pesado é vir prá cá e não conseguir trabalho.

Neste sentido, vivenciar um trabalho remunerado, na agricultura irrigada de Petrolina, ameniza, profundamente, os fardos das duplas ou triplas jornadas de labor. A oportunidade de ganhar dinheiro, de ter a sua independência financeira garantida, lhes proporciona uma liberdade anteriormente desconhecida. E se, no passado, para poderem sobreviver, as mulheres dependiam, inteiramente, da justiça dos seus maridos/companheiros, frente à tarefa de administrar a renda, inclusive a que elas mesmas produziam, no presente, isso tende a não mais ocorrer. Eis um dos depoimentos obtidos:

Antes, eu esperava pelo meu marido. Depois, eu me tornei livre.

Eu sou 'dona de minhas ventas'[9]: hoje eu não preciso agüentar desaforo de homem nenhum.

Nas áreas rurais de sequeiro, a dependência material da mulher em relação ao homem continua sendo tão profunda que, ao se ver abandonada pelo marido/companheiro, aquele que, referencialmente, sempre foi o seu principal provedor, uma das trabalhadoras expressou a sua admiração por ter continuado com vida:

Porque sem salário a gente vejeta e não é ninguém. O meu marido foi embora e eu estou aqui, viva.

Esse depoimento é ilustrativo, também, da condição humana de ser ou de se sentir alguém nas sociedades capitalistas. Na verdade, a interdição das mulheres, frente à remuneração da força de trabalho, colocava as mesmas numa situação de invisibilidade dentro do sistema. A independência financeira desponta, nas trabalhadoras, uma auto-estima mais elevada, bem como o reconhecimento do próprio valor individual. Uma delas confirmou:

Antes, eu não tinha oportunidade de comprar nada. Meu marido não reconhece a minha importância, mas eu sei que sou importante.

Tais migrantes, através da inserção no mercado de trabalho de Petrolina, puderam assumir formal e publicamente o seu sustento, a chefia de suas famílias, a criação dos seus filhos. Foram bastante contundentes as palavras de uma trabalhadora diarista, de 26 anos, mãe de três filhos pequenos:

Eu sempre trabalhei. Mas, depois que eu vim prá cá foi diferente: eu vim prá cuidar de mim e dos meus filhos. Graças a Deus, não tenho precisado de homem prá me dar o pão.

É devido à sua entrada no espaço público, através das relações de trabalho, que as mulheres se sentem fortalecidas para lutar contra as desigualdades de gênero, no espaço privado. O depoimento transcrito a seguir é bastante ilustrativo nesse sentido:

Fiquei uma pessoa independente. Quando o meu marido diz 'isso é meu', eu também digo. Quando ele diz 'eu estou cansado', eu também digo que estou.

É inegável que a entrada da mulher no domínio público, mediante a sua participação nos processos produtivos, na região do Sub-Médio São Francisco, lhe proporciona independência financeira, contribui para elevar o seu status, no meio social, e corrobora para a transformação e o

fortalecimento de suas auto-imagem e auto-estima. Diante desse contexto, as relações de gênero sofrem uma série de mudanças, já que a mulher vivencia um processo de "empoderamento", tornando-se um ator visível não, apenas, no contexto familiar, mas na sociedade, de um modo geral.

O Semi-Árido Irrigado no Processo de Globalização

A produção sai prá outros lugares, prá onde não sei.

Será dada atenção, agora, ao papel das mulheres frente à globalização da economia. A situação que caracteriza a vida das mulheres, no Nordeste do Brasil, e o processo de transformação ao qual elas são expostas estão contextualizados dentro do sistema do mundo capitalista. Resultam, portanto, da relação entre o desenvolvimento e a globalização da economia local. Assim, para se compreender a dinâmica envolvida na exploração das mulheres, é importante analisar as conexões entre a economia local, a divisão de trabalho por sexo e o processo de globalização.

Inicialmente, focalizando a situação das mulheres, no Terceiro Mundo, é fundamental que se observe o sistema mundial como um todo, ou seja, que não se tente entender os problemas das mulheres, nas sociedades subdesenvolvidas, completamente dissociados do tipo de problemas que enfrentam as demais mulheres, nas sociedades desenvolvidas do Primeiro Mundo. Pois, ao dividir e, simultaneamente, ligar essas diferentes partes do mundo, o capitalismo, aprisionado à ordem patriarcal, criou um contexto de acumulação que envolve a manipulação e a apropriação do trabalho das mulheres em todo o espaço global (Mies, 1986).

A análise da divisão de trabalho, por sexo, tem de ser colocada no contexto do sistema mundial capitalista contemporâneo, já que suas interrelações são promotoras de modificações, também, no perfil de gênero dos indivíduos. Portanto, a situação das mulheres, na região semi-árida rural do Nordeste do Brasil, deve ser compreendida à luz da relação entre o Nordeste (encarado como a periferia) e o conjunto dos países desenvolvidos (encarado como o centro). Por intermédio das relações entre os dois pólos, pode-se evidenciar que o desenvolvimento de um se dá às expensas do subdesenvolvimento do outro. Neste sentido, o subdesenvolvimento da periferia não ocorre devido ao atraso, propriamente dito, mas é o resultado das relações desiguais que ocorrem entre o centro e a periferia. Através disso é possível, sim, se observar o processo de acumulação global do mercado mundial (Cardoso e Faletto, 1976; Mies, 1986; Wolf, 1982).

Tal situação se reproduz, também, dentro da periferia (Cardoso e Faletto, 1976). Mediante a dinâmica da política da seca, a região moderna, irrigada, do semi-árido, se desenvolve às custas da manutenção do subdesenvolvimento das áreas rurais de sequeiro. A situação, dentro da região semi-árida, é a de reprodução local do processo global e deve ser entendida dentro do contexto global. Enquanto a região moderna, irrigada, central, produz para os mercados local, nacional e internacional, a área de sequeiro, subdesenvolvida, periférica, provê o suprimento de uma mão de obra barata, o que torna lucrativa a exportação das colheitas.

Uma vez que a dinâmica das relações entre a economia local e a produção para o mercado global foi entendida, é importante se analisar as razões subjacentes à confiança no trabalho das mulheres e os benefícios dele advindos para o setor capitalista. De acordo com Mies, dois terços de todo o trabalho no mundo são feitos por mulheres. A preferência dos empresários pelas trabalhadoras mulheres baseia-se no que a autora chama de "domesticação" do trabalho (Mies, 1986). Ela aponta para o fato de que:

As mulheres são uma ótima força-de-trabalho porque elas estão sendo, agora, definidas universalmente, como "donas-de-casa", não como trabalhadoras. Isto significa que o seu trabalho é obscurecido, mesmo em valor de uso ou produção de commodities; não aparece como "trabalho

assalariado livre”, é definido como uma “atividade geradora de renda e pode ser comprado, portanto, a um preço mais baixo que o trabalho dos homens (Mies, 1986).

Este ponto é muito importante porque chama a atenção para a associação das mulheres aos homens e evidencia como tal associação ocorre em detrimento das primeiras. Sendo consideradas “donas-de-casa”, a renda das mulheres é, supostamente, um complemento daquela dos maridos e, assim, de menor importância. Subjacente à questão da “domesticação”, Mies também questiona os motivos pelos quais o capital internacional tem mais atração pelas “donas-de-casa” do Terceiro Mundo do que pelos trabalhadores. Baseando-se em Grossman e outros pesquisadores (1979), a referida autora assinala que “as mulheres na Ásia e Sudeste da Ásia são consideradas mais dóceis e uma força-de-trabalho manipulável que, ao mesmo tempo, apresenta um alto grau de produtividade de trabalho” (Mies, 1986).

As mulheres são, então, consideradas melhores trabalhadoras, devido às suas características biológicas e, inclusive, devido à sua natureza frágil. Estas circunstâncias são vistas, claramente, no contexto do seu emprego na produção de frutas e hortaliças, no Vale do São Francisco. Ao serem empregadas na indústria de frutas e de hortaliças, a fonte empregadora é capaz de baratear o seu trabalho (Collins, 1995).

Concomitante às explicações dadas por Mies e Collins, Valdés (1992) assinala que a divisão técnica de trabalho, que é altamente arbitrária, adquire as características da divisão de trabalho por sexo. A maior parte da literatura sobre o trabalho das mulheres, nos sistemas de produção intensiva, ressalta que elas possuem capacidades únicas (sejam inatas ou socializadas), para as tarefas que realizam. A distinção de Valdés, entre esses dois conceitos, torna possível a visualização de como uma designação de trabalho, bastante arbitrária, com uma ligação tênue com as reais diferenças físicas, se torna racionalizada, em se tratando de prevalecer a matriz de gênero. Por exemplo, as ocupações das mulheres são, em geral, repetitivas: são tarefas manuais que requerem eficiência e delicadeza. Quando os empregadores solicitam mulheres para monitorar e julgar a qualidade das frutas é análogo à “cosmética” demandada pelo consumidor no mercado externo (Valdés, 1992, citado em Collins, 1995).

Ainda de acordo com Collins (1995), as mulheres contratadas para o trabalho da agricultura irrigada compreendem uma população vulnerável, no sentido de que elas estão em “necessidade”. Além de serem mulheres, elas são migrantes, desejam vender sua força-de-trabalho e isso beneficia, tremendamente, o setor capitalista. As construções culturais de gênero atribuem um sentido de “naturalidade” e de inevitabilidade, às relações de trabalho que absorvem o labor das mulheres.

Em uma série de atividades em Petrolina, por conseguinte, o trabalho das mulheres é preferencial ao trabalho dos homens. Consequentemente, elas não têm que competir com estes últimos para os empregos. A despeito desse fato, todavia, o trabalho delas é avaliado como inferior aquele dos homens. As tarefas executadas pelo contingente feminino são consideradas de menor importância do que as realizadas pelo contingente masculino (Valdés, 1992, citado em Collins 1995). As mulheres, portanto, continuam vivenciando a discriminação, em seu local de trabalho, mas com intensidade e impacto diminuídos, já que o trabalho delas é encarado como essencial. Por sua vez, elas preferem a vida nas cidades, já que a discriminação enfrentada nas zonas rurais é muito maior. Nas cidades, através dos salários que recebem, elas se tornam visíveis para si mesmas, para seus parentes, para o Sindicato dos Trabalhadores e, até, para o setor capitalista. Elas enfrentam a exploração, porém de uma natureza menos aparente do que a marcante discriminação que experimentavam, nas áreas rurais, e as pressões severas, advindas da seca (Branco, 2000).

O serviço doméstico remunerado é um outro setor importante que absorve as mulheres, na esfera urbana, em muitas economias em desenvolvimento/no processo de industrialização (Moore, 1985;

Branco, 2000). No caso ora investigado, ele se constitui no setor que absorve, primeira e rapidamente, o trabalho das mulheres migrantes, depois de sua chegada à cidade. Em alguns contextos, o trabalho doméstico absorve a força de trabalho masculina (Moore, 1988), mas esse não é o caso do Brasil. A disponibilidade do trabalho doméstico, em Petrolina, está relacionada à globalização da economia local porque o motivo subjacente ao emprego das mulheres é o rápido crescimento sócio econômico da cidade, que, por sua vez, está relacionado à vinda de investidores interessados no setor de exportação da economia. As trabalhadoras domésticas subsidiam, também, os custos de trabalho da família para a qual elas trabalham, por se constituírem em uma mão de obra barata.

Conforme se tem demonstrado, as vidas das trabalhadoras - tanto nas áreas subdesenvolvidas, rurais, quanto nas cidades - estão intimamente ligadas ao sistema do mundo capitalista. Tanto no caso das mulheres que trabalham nos campos irrigados, voltados à produção de colheitas para os mercados local, nacional e internacional, quanto daquelas que se dedicam ao setor de serviços domésticos, percebe-se, claramente, a sua relação com a economia global, através da dependência que possuem com os trabalhos que realizam, seja para sobreviver nas cidades, ou seja para ajudar aqueles que deixaram para trás. Neste sentido, o que se deseja deixar evidenciado é o seguinte: ao abandonarem as áreas rurais, subdesenvolvidas, e serem absorvidas pela economia capitalista, as mulheres tornam-se ligadas, diretamente, ao processo de desenvolvimento, tornando-se atores importantes de tal processo.

Segundo Baumann (1996), um dos paradoxos da globalização é o fato de que ela vem acompanhada de um mercado de trabalho mundial, a ponto de a regulamentação da mão-de-obra migrante ter se tornado um tema importante nas negociações internacionais. Ao mesmo tempo, devido à maior mobilidade do capital em relação ao trabalho, as empresas transnacionais têm podido contar com uma força de trabalho dispersa, o que contribui para reduzir o seu poder, bem como o dos sindicatos, tornando mais fácil para os empresários fazer uso da subcontratação[10].

Tal característica pode ser percebida, nitidamente, na região do Submédio São Francisco, onde o empresariado opta por empregar a mão-de-obra feminina, na fruticultura, por considerá-la mais criteriosa, delicada e produtiva que a masculina. Os depoimentos de alguns empresários ilustram bem o conceito que se tem sobre as mulheres: elas trabalham melhor e são mais responsáveis que os homens.

Mulher é boa prá fazer trabalho delicado, que envolve paciência, como o raleio [11] e o empacotamento. Eu gosto muito de empregar mulheres na Empresa. Tem atividades que só elas sabem fazer. Os homens são muito desastrados!

Infelizmente, por questões presas à matriz de gênero, aqueles empresários não experimentam o trabalho das mulheres nos postos de comando e decisão. Isto pode ser considerado como um fato, de certa forma, contraditório. Por um lado, elas "serviriam" muito bem para executar determinadas tarefas, mas, para realizar outras, que detêm mais poder, não. Por outro lado, o contingente feminino é visto, também, como mais submisso e dócil que o masculino. Neste sentido, a classe empresarial deixa transparecer em seus depoimentos, como tira proveito das históricas desigualdades de gênero, enquanto as trabalhadoras expressam a vulnerabilidade de tal condição, diante do mercado de trabalho. As mulheres exigem menos, a gente paga qualquer coisa e elas aceitam. Parece que elas têm mais medo de perder o emprego do que os homens. Aí, elas fazem tudo para agradar. De acordo com os empresários[12], a preferência local se dá pela força de trabalho das mulheres porque, além de possuírem muita habilidade e responsabilidade, elas têm mãos pequenas e delicadas - características físicas fundamentais para um bom desempenho na fruticultura -, possuem um elevado grau de submissão, bem como muito receio de vir a perder a preciosa fonte de renda. Segundo eles, as mulheres são mais jeitosas, também, para negociar em defesa dos direitos dos trabalhadores, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, obtendo melhores resultados que os homens, quando se trata de resolver problemas de ordem política. Ao serem questionados sobre os

porquês dessa performance, os empresários disseram, simplesmente:

As mulheres sempre têm mais jeito porque elas são assim.

E prá ser Delegada? É uma coisa! Elas têm um jeito enorme para o Sindicato. Aqui na Empresa, faz muitos anos que as Delegadas são mulheres: é uma atrás da outra! Até os homens votam nas mulheres!

Pode-se observar que há uma racionalização, com origem nas diferenças e características de gênero, para explicar o bom desempenho das mulheres em determinadas áreas, podendo essa explicação se basear tanto em atributos físicos quanto em critérios subjetivos, como é o caso da afirmação "jeito de mulher". Um outro elemento a ser ressaltado é a preferência por trabalhadoras em idade reprodutiva, mas que já foram esterilizadas. Tal interesse dos empresários reflete a preocupação que eles têm em excluir, do processo produtivo, o contingente passível, ainda, de uma gravidez, para que não se vejam obrigados a arcar com a ausência de trabalhadoras que, por apresentarem um bom desempenho na fruticultura, irão prejudicar a produção, conseqüentemente, com as suas licenças maternidade.

Por sua vez, apesar de a classe empresarial reconhecer o valor e a contribuição da mão-de-obra feminina, percebe-se que a íntima relação da mãe trabalhadora com a sua prole é tida como um fator, em verdade, "contraproducente", já que a mulher, sempre que necessário, tende a priorizar o bem-estar do(a)s filho(a)s, como um dos empresários entrevistados ressaltou:

As mulheres têm um problema: quando acontece qualquer coisa com os filhos, elas perdem o juízo, ficam doidinhas! Aí, a coisa complica!

Além das limitações que as trabalhadoras não esterilizadas e em idade reprodutiva sofrem, aquelas mulheres com idades superiores à 38 anos, também enfrentam sérias dificuldades para se inserir no mercado de trabalho assalariado formal. Os empresários alegam que essas últimas têm uma produtividade baixa e, dessa maneira, tendem a excluí-las do contingente assalariado. Diante das circunstâncias, portanto, torna-se quase impossível que essas trabalhadoras se aposentem aos 55 anos de idade[13].

Após ter-se analisado as condições de vida das mulheres, nas áreas rurais de sequeiro, e como a sua situação, com a migração para a região semi-árida irrigada concorre para mudar as relações de gênero, é importante registrar, agora, o limitado conhecimento que essas trabalhadoras têm, no tocante aos destino das frutas que produzem. Apesar de serem as principais responsáveis pela fruticultura, em Petrolina, comprovou-se, no entanto, que elas desconheciam o rumo final da sua produção, o que retrata as precárias noções que possuem acerca da economia globalizada. Quando questionadas sobre esse assunto, percebeu-se que as suas respostas foram vagas e indefinidas. Elas diziam:

A produção é vendida fora, em outras cidades e em outros países.

A produção é exportada. Prá onde, eu não sei bem.

Pouquíssimas assalariadas, quando muito, conseguiram destacar alguns Estados do país, nomear certos países, como os Estados Unidos, ou o Japão, ou citar o continente europeu, como sendo os principais consumidores, das frutas produzidas na região, fora do âmbito do município.

A produção é transportada prá fora, pros Estados Unidos e outros lugares.

A riqueza do Brasil sai toda prá fora. Aqui só fica o refugo.

Tampouco as trabalhadoras sabiam dos motivos pelos quais a produção era vendida fora dos limites de Petrolina, introduzindo o município, desse modo, no mercado globalizado.

A gente não sabe explicar, eles não explicam nada prá gente.

Porque lá eles não têm essas plantações, não se produz essas coisas.

Ingênua e erroneamente, uma das trabalhadoras declarou:

Porque nos outros países a uva não é produzida. Nos Estados Unidos não se planta uva. Aí, eles compram daqui. Só no Brasil tem a mão-de-obra prá conseguir essa fruta.

Uma trabalhadora alegou, ainda, que a produção era vendida em outras localidades, porque as frutas, lá fora, alcançavam um preço mais elevado que em Petrolina:

Lá é mais bem vendido, tem mais preço, o lucro é maior.

Os empresários, por sua vez, enfatizaram que a(o)s trabalhadora(e)s possuíam níveis muito baixos de educação e de conhecimentos. E que as empresas não tinham interesse em conscientizá-lo(a)s sobre assuntos adicionais que não os relacionados, exclusivamente, às suas atividades produtivas: interessava-lhes, somente, o desenvolvimento da própria produção, e ponto final. Eles diziam o seguinte:

Os trabalhadores daqui são um problema! Apesar de haver muita mão-de-obra disponível, eles são muito ignorantes. Isso é geral: prá homem e prá mulher. Além disso, não enxergam um palmo diante do nariz! Não têm noção de nada! Imagine que não sabem nem onde é Natal ou Maceió. São Paulo, a maioria conhece: ou já foi, ou tem parente lá. Então, prá que eles precisam saber prá onde o produto vai? O que interessa mesmo é a produção. E aí, a gente tem que apertar! Prá isso é necessário ter supervisão. Os supervisores têm que ficar em cima, não podem afrouxar!

Eles confundem a Europa, o Japão e os Estados Unidos. Também, não têm interesse em saber prá onde as frutas vão. E a Empresa também não tem condições de investir nisso. A gente teria de dar aula de Geografia. Não faz sentido, uma coisa dessas

Não se pode aferir, evidentemente, que os empresários estejam equivocados ao emitir tal opinião. Em verdade, para a(o)s trabalhadora(e)s produzirem frutas, não é fator sine qua non conhecer a dinâmica completa do setor de exportação, tampouco o percentual dos lucros obtidos nos mercados regional, nacional e internacional, o montante de impostos que cada um desses mercados arrecada, ou, saber inclusive, onde estão situados os Estados Unidos, a França ou o Japão. Isso remete às questões econômico geográficas, logo, às áreas educacional, cultural e, mais precisamente, às políticas públicas existentes. No entanto, o que todas as trabalhadoras migrantes precisam ter - e não têm - e que os empresários não desejam, porque isso lhes traria uma diminuição nos lucros, é uma maior consciência de quanto vale, em dinheiro, o resultado do seu trabalho. Tal conhecimento, certamente, tanto a(o)s trabalhadora(e)s americana(o)s quanto a(o)s japonesa(e)s possuem, a despeito do fato de poderem desconhecer, também, onde se localiza ou qual é a capital do Brasil.

Considerações Finais

É uma benção a gente ter o nosso dinheirinho, não precisar de homem prá sustentar a gente e não ter que escutar reclamação nem desaforo.

Ao abandonar as áreas rurais de sequeiro e se fixar em Petrolina, a mulher não deixa para trás, somente, o locus onde nasceu e cresceu mas, ainda, uma parte de sua condição histórica de dependência e subordinação ao elemento masculino. Em seu lugar de origem, a despeito de trabalhar arduamente na agricultura familiar e nos demais encargos domésticos, o seu labor não era reconhecido como um trabalho, propriamente dito, ficando circunscrito no rol das tarefas pertencentes à esfera privada. Por outro lado, como não recebia qualquer remuneração por suas atividades produtivas, sempre que necessitava de dinheiro, a mulher não possuía uma outra alternativa a não ser a de pedir ao marido/companheiro, o provedor principal da família.

Faz-se necessário deixar registrado, contudo, que esse desenho social sofre uma série de mudanças, em decorrência do êxodo da mulher para a região do Submédio São Francisco e de sua entrada na esfera pública, através do mercado de trabalho fruticultor. Considerada como mão-de-obra preferencial, pelos empresários locais, a trabalhadora adquire, no lugar de destino, a sua independência financeira; diminuindo, com isso, o grau de submissão e de vulnerabilidade, em relação ao homem (seja ele o próprio pai ou o seu marido/companheiro) e, a partir daí, passando a vivenciar uma grande transformação nas relações de gênero.

Para a mulher que vem das áreas rurais de sequeiro, morar em Petrolina representa o início de sua libertação. Qualquer “tostãozinho” adquirido com o suor do seu trabalho significa um passo adicional rumo à própria autonomia, o que destitui o homem do patamar de provedor único e/ou principal do núcleo familiar. Desse modo, a penetração no domínio público, via mercado de trabalho formal, constitui-se em um elemento fundamental para romper alguns dos grilhões que aprisionam a população feminina, reduzindo, assim, parcela das desigualdades de gênero.

É necessário enfatizar, entretanto, que o Nordeste brasileiro pôde exportar a sua produção para os mercados regional, nacional e internacional, ou seja, fazer parte de um mundo mais produtivo, moderno e globalizado, através da exploração do trabalho feminino. Aproveitando-se da oferta de trabalho de uma mão-de-obra “jeitosa”, dócil, hábil, delicada e competente, a classe empresarial passa a extrair os seus lucros não, somente, de um contingente tido, no meio social, como inferior ao masculino, mas, ainda, dos entraves políticos existentes: a pobreza secular, as secas periódicas e o êxodo da população.

É impossível deixar de dizer que a mulher auferia ganhos, também, com a migração. Nas áreas rurais de sequeiro, os seus trabalhos de casa, de educação da prole, de assistência aos idosos e junto à pequena agricultura familiar, faziam parte do rol das atividades da esfera privada e não possuíam um valor monetário real. Desse modo, a mulher era considerada, apenas, como uma simples ajudante do homem. Ao passo que, em Petrolina, ela penetra na esfera pública, se transforma em mão-de-obra preferencial da classe dominante, adquire autonomia financeira, força, visibilidade e importância.

A maioria das mulheres migrantes ou é analfabeta, ou sabe, somente, assinar o próprio nome, e poucas informações possuem sobre o destino das frutas que produzem, desconhecendo, também, os Estados e países para onde os produtos são vendidos. Do ponto de vista dos empresários, não existe o menor interesse em investir na educação das trabalhadoras: basta que as mesmas produzam frutas de boa qualidade, dando-lhes vantagens para competir no mercado consumidor.

Inserida nesse contexto e mesmo detendo pouca informação sobre o destino das frutas que produz, a migrante trabalhadora representa, para a classe empresarial de Petrolina, uma mão-de-obra extremamente valiosa. Foi através das inúmeras qualidades do labor feminino - delicadeza, docilidade, responsabilidade e eficácia, entre outras - que a região pôde se mostrar competente o suficiente para se introduzir no mercado globalizado, destacando o fato de o semi-árido representar

uma região viável, do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Neste sentido, percebe-se que são as históricas “imperfeições” femininas, precisamente aquelas que tanto fundamentaram o alijamento político-social da mulher e respaldaram o fato de serem elas inferiores aos homens e pouco valiosas, que, hoje em dia, alicerçam e reforçam as razões mais profundas de ser do mundo capitalista masculino, na região do Submédio São Francisco, contribuindo para a edificação de um Nordeste bem menos miserável.

E apesar dos inúmeros entraves sócio político econômicos que a trabalhadora rural tem que enfrentar, na fruticultura de Petrolina, as autoras acreditam que a sua inserção na esfera pública, o reconhecimento do valor do seu trabalho, as características positivas inerentes à própria condição feminina, enfim, todos esses embriões de mudanças que ocorreram e vêm ocorrendo, ainda, nas relações de gênero, tenham sido os melhores frutos gerados, em prol da mulher, pelo chamado moderno processo de globalização.

Bibliografia Consultada

ASTELARRA, Judith. **Las mujeres podemos: otra visión política**. Barcelona: Icaria, 1986.

BACELAR, Tânia. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. São Paulo: **Estudos Avançados**. vol. 11, n. 29, jan/abr, 1997. p. 7-36.

BAUMANN, Renato. Paradoxos da Globalização. Brasília: **Nação em Revista**. março, 1996. pp. 139-147.

BLOCH, Didier. **As Frutas Amargas do Velho Chico: irrigação e desenvolvimento no Vale do São Francisco**. São Paulo: Livros da Terra/Oxfam. 1996.

BRANCO, Adélia M. **Mulheres da Seca: Luta e Visibilidade numa Situação de Desastre**. João Pessoa: Editora Universitária. 2000. 220p.

BRANCO, Adelia M.; FISCHER, Izaura R.; MELO, Lígia, A. **A Seca Nordestina de 1998: Dimensões e Características Socioeconômicas - Segmento Gênero**. Recife: SUDENE/Fundação Joaquim Nabuco, 1999. (mimeo)

BRANCO, Adélia & VAINSENER, Semira Adler. Trabalhadoras e Agrotóxicos no Sub-Médio São Francisco. Recife/Fundação Joaquim Nabuco: **Cadernos de Estudos Sociais**, 2001. (no prelo)

BRANCO, Adélia & VAINSENER, Semira Adler. Imprescindíveis e Discriminadas: As Trabalhadoras Rurais na Fruticultura do Vale do São Francisco. Recife: **Anais do III Encontro da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET**, 2000

BUARQUE, Cristina & VAINSENER, Semira Adler. Gênero e ONGs: A Identidade da Pequena Agricultora. São Luís: **Anais do VII Encontro da Rede Regional Norte/Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR**, 2001. (no prelo)

CASTRO, Cláudio de Moura. Ponto de Vista. São Paulo: **Veja**. 8 de set. 1999.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Frutas para o mercado global. São Paulo: **Estudos Avançados**. vol. 11, n. 29, jan/abr, 1997. p. 79 - 93.

COLATTO, Valdir. Desemprego e pobreza no campo. Brasília: **Nação em Revista**. n. 1, março, 1996. p. 101-112.

FISCHER, Izaura & MELO, Lígia. **O Trabalho Feminino: Efeitos da Modernização Agrícola**. Recife: Editora Massangana, 1996.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 17^a ed. 1975.

GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. São Paulo: **Estudos Avançados**. vol. 11, n. 29, jan/abr, 1997. p. 311 – 361.

MOORE, H. L. **Feminism and Anthropology**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

SINGER, Paul. Globalização positiva e globalização negativa: a diferença é o Estado. São Paulo: **Novos Estudos**. CEBRAP. n. 48, julho, 1997. p.39-65.

_____ (mediador) Globalização e Emprego. São Paulo: **Novos Estudos**. CEBRAP. n. 45, julho, 1996. p. 133-149.

[1] Este artigo advém de uma pesquisa intitulada “Seca, Mulher e Globalização”, financiada pelo IDRC (International Development Research Centre, Canadá), e que contou com o apoio, ainda, da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco -FACEPE. Cabe ressaltar, ainda, que o presente trabalho foi aceito para publicação no primeiro trimestre de 2002, na Revista Ciência & Trópico, da Fundação Joaquim Nabuco.

[2] **Adélia de Melo Branco** é Doutora em Antropologia pela Universidade de Manitoba, no Canadá, e Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco.

Semira Adler Vainsencher é Mestre em Educação pela Boston University, nos Estados Unidos, e Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco.

[3] Como áreas de sequeiro denomina-se aquelas áreas, não irrigadas, localizadas no semi-árido nordestino e afetadas pela seca.

[4] Em se tratando de trabalho remunerado, na agricultura irrigada da região, observa-se que as mulheres são contratadas mediante dois tipos principais de acordo: 1. como trabalhadoras diaristas, as chamadas *avulsas* ou *bóia-frias*, aquelas que ganham por produção e não possuem qualquer tipo de vínculo empregatício formal e 2. como trabalhadoras assalariadas, as denominadas *fichadas*, aquelas que são contratadas formalmente e remuneradas com base no salário mínimo mensal da região.

[5] O salário mínimo mensal, na região do Submédio São Francisco, se apresenta um pouco mais elevado que o salário mínimo mensal nacional. Isto é fruto da luta das(os) trabalhadoras(es) assalariadas(os), das(os) Delegadas(os) sindicais e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Região.

[6] Esta pesquisa foi realizada junto a um grupo de quarenta e quatro migrantes, sendo vinte e duas delas trabalhadoras diaristas e, vinte e duas, trabalhadoras assalariadas. O perfil das mulheres é o seguinte: têm idades que variam de 20 a 59 anos, a maioria é analfabeta ou sabe, apenas, assinar o próprio nome, é casada, tem uma média de 3,2 filhos e possui uma renda média familiar mensal de R\$ 57,18 (US\$ 30.91). As assalariadas recebem, por suas atividades produtivas, um salário mensal de R\$ 142,00 (US\$76.75), mais os acréscimos dos abonos de família. Por sua vez, as diaristas recebem, mediante a produção individual, de R\$ 3,00 a R\$ 12,00 por dia (US\$ 1.62 a US\$ 6.48).

[7] Das quarenta e quatro mulheres entrevistadas nesta pesquisa, dezenove eram advindas do Estado de Pernambuco (municípios de Serra Talhada, Serra Nova, Ouricuri, Salgueiro, Trindade, Tacaratu, Dormentes, Afrânio, Exu, São José do Belmonte, Pedra Grande, e da Serra do Araripe); nove eram migrantes do Ceará (municípios de Barros, Juazeiro do Norte, Crato, Mauriti e Boa Viagem); oito vieram do Piauí (municípios de Picos, Jaicós, São Miguel de Tapuia, Oeiras e Ipiranga); quatro vieram da Paraíba (municípios de Cajazeiras, Picuí, Bonito de Santa Fé, e Santa Luzia); três eram provenientes da Bahia (municípios de Tapera, Morro do Chapéu e Remanso); e uma era proveniente do Rio Grande do Norte (município de Caicó).

[8] Segundo Astelarra (1986), o patriarcado pode ser compreendido como as relações sociais que determinam a opressão e a subordinação da mulher através do controle da sua capacidade reprodutiva, da sua sexualidade, da sua capacidade de trabalho e da interdição do seu acesso ao poder. Por outro lado, uma discussão sobre a família patriarcal, tanto no Nordeste quanto no Brasil, como um todo, pode ser encontrada no trabalho de Freyre (1975).

[9] "Ser dona/o das próprias vendas" é uma expressão usada pelas/os nordestinas/os quando desejam afirmar que são independentes financeiramente.

[10] No que concerne à questão do trabalho, de acordo com Singer (1996), o que está acontecendo é, efetivamente, uma mudança nas relações básicas de produção do capitalismo. Estão mudando as relações salariais porque assalariar trabalhadores ficou dispendioso e, além disso, com a globalização e os fatores decorrentes da alta competitividade, os mercados se abrem para uma série de exportações advindas de países que não possuem movimento sindical, legislação de trabalho, ou qualquer benefício característico de um Estado de Bem-Estar Social. Pode-se dizer que este é o caso até mesmo da região do Submédio São Francisco, mais especificamente, de Petrolina, onde o Sindicato dos Trabalhadores Rurais é muito atuante e tem conseguido, sempre, grandes avanços, em se tratando dos direitos da(o)s trabalhadora(e)s.

[11] Atividade que tem por função tornar as uvas mais atraentes para os futuros consumidores. Essa atividade é extremamente exaustiva para as trabalhadoras: elas têm que permanecer o dia todo com os braços levantados, podando os cachos de fruta, para evitar que eles cresçam desordenadamente.

[12] Os empresários locais costumam empregar as(os) suas(seus) trabalhadoras(es) através de dois tipos de acordo de trabalho: com e sem vínculo empregatício formal. Os incluídos no primeiro grupo são as(os) assalariadas(os) propriamente ditas(os): possuem carteira de trabalho assinada, os seus direitos trabalhistas garantidos, recebem o salário mínimo mensal da região e são conhecidas(os) como trabalhadoras(es) *fichadas(os)*. Por outro lado, as(os) diaristas não possuem um vínculo empregatício formal, não têm acesso aos direitos trabalhistas, são contratadas(os) por curtos períodos de tempo, remuneradas(os) por produção e são chamadas(os), também, de trabalhadoras(es) *avulsas(os)* ou *bóias-frias*.

[13] Uma discussão mais aprofundada acerca desse assunto pode ser encontrada no trabalho "Imprescindíveis e Discriminadas: As Trabalhadoras Rurais na Fruticultura do Vale do São Francisco", que foi apresentado pelas autoras no 3^o Encontro Regional de Estudos do Trabalho (ABET), realizado nos dias 23 e 24 de novembro de 2000, em Recife, e que foi publicado nos anais do referido Encontro.